



americanas sa

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial
CNPJ 00.776.574/0006-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Mensagem da administração

Em 2023, a Americanas enfrentou o momento mais difícil de sua trajetória: a descoberta da fraude de resultados e o início do processo de recuperação judicial. Para evoluirmos na readequação da estrutura de capital da Companhia e, em paralelo, mantermos o foco do time no negócio, dividimos as ações de reestruturação em três blocos: investigação, recuperação judicial e operações. Na frente de investigações, foram apresentadas ao Conselho de Administração as conclusões dos trabalhos conduzidos pelo Comitê Independente, o que confirmou a existência de fraude contábil e ratificou os mecanismos utilizados e envolvidos, apontados anteriormente nas investigações conduzidas pela Polícia Federal e o Ministério Público Federal. A conclusão das investigações também permitiu que os auditores independentes da Companhia emitem opinião sobre as demonstrações financeiras referentes ao desempenho operacional em 2023 e relatório de revisão sobre as informações trimestrais de março e junho de 2024. Em paralelo, aprovamos o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e cumprimos com todas as etapas previstas até este momento, incluindo a homologação do aumento de capital de cerca de R\$ 24,5 bilhões, que contou com o aporte em dinheiro de R\$ 12,3 bilhões de nossos acionistas de referência. Realizamos o pagamento da maior parte dos créditos restantes, incluindo fornecedores, e fizemos a reestruturação de nossa dívida. Após este repertório, passamos a ter uma das menores dívidas entre as empresas do varejo brasileiro de grande porte. Na frente de operações, o canal físico, nossa fortaleza, já retomou crescimento em 2024 concomitante à melhoria da margem bruta. A fase crítica foi superada, com a adoção de ajustes de curto e médio prazos, mas ainda há muito trabalho a fazer, com a adequação de diferentes sortimentos às demandas dos clientes. Além disso, seguimos também com o redimensionamento dos esforços do digital e com a otimização da Hortifrut Natural da Terra. No primeiro semestre de 2024, o cenário desafiador para o varejo demandou uma operação ainda mais fortalecida. E o resultado se refletiu em uma Páscoa bem executada, com lojas abastecidas e organizadas, precificação correta, milhões de produtos à disposição dos clientes e uma meta de vendas superada. Nove meses após a apresentação do planejamento estratégico, podemos dizer que estamos no caminho certo, mas ainda queremos ganhar mais velocidade na execução. A partir do mapa de ações estratégicas e da imersão na operação, identificamos ajustes fundamentais para o ganho de eficiência operacional que projetamos. Esse diagnóstico, somado ao contexto econômico desafiador, demandou a correção de rotas e mudanças na organização. A recente contratação de três novos executivos vai nessa direção, com foco no desenvolvimento do capital humano e no aprimoramento do modelo de gestão; na organização da oferta de serviços para clientes e parceiros e do programa de fidelidade; e na otimização da operação e aceleração dos resultados da Hortifrut Natural da Terra. Outro exemplo é a estruturação das áreas comercial e de abastecimento, que passou a ser dividida em quatro unidades de negócio *end-to-end*, com times multidisciplinares que agrupam categorias e olham o processo de compra de ponta a ponta para maior agilidade e foco. Também aprimoramos a estratégia de precificação e a revisamos a modulação de lojas, concluída em junho e aplicada a partir de julho, por meio de variáveis inteligentes como demografia e renda. Além do foco em eficiência, temos testado conceitos e processos para melhoria da performance e do atendimento em praças em que temos mais presença, como a aproximação de categorias que conversam entre si, no espaço de vendas, e a flexibilidade no formato para a exposição de promoções e produtos. Expandimos o uso de painéis digitais na jornada do cliente, o que destrava ganhos da frente de *retail media*, ampliamos o calendário comercial e a participação de nossos fornecedores no negócio. No e-commerce, buscamos o fortalecimento da relação com grandes parceiros no marketplace para complementar a jornada de consumo. Todo esse trabalho amplia a nossa caminhada em direção ao objetivo de ser uma Americanas mais leve, com foco na geração de caixa operacional e a aceleração do crescimento, o segundo e terceiro grandes blocos da nossa estratégia de recuperação. A trajetória é desafiadora e a Americanas, mais uma vez, demonstra sua resiliência, reflexo da confiança dos nossos milhões de clientes e da crença de um time empenhado na transformação em curso para recolocar a Companhia como uma liderança do setor. Seguimos comprometidos com a reconstrução da Americanas, amada pelos brasileiros há exatos 95 anos, e com o propósito de atender e resolver de forma simples e descomplicada a vida dos consumidores.

Resumo Financeiro

Os últimos 18 meses foram marcados por grandes desafios: a revelação de inconsistências contábeis, que posteriormente foram identificadas como uma complexa fraude de resultados, a Recuperação Judicial e a necessidade de reconstrução da Americanas. Esses eventos impactaram o resultado do período, com queda relevante na receita e contabilização de prejuízos recorde. Na primeira metade do ano de 2023, o foco foi na manutenção da operação de lojas e do site, bem como no atendimento aos clientes da melhor forma possível. Na segunda metade do ano, já se conseguiu fazer um diagnóstico e a implementação de algumas mudanças emergenciais, o que possibilitou a desaceleração da queda na receita consolidada, principalmente no varejo físico. A implementação da nova estratégia para reconstrução da Companhia passa por alguns pilares como: (i) seleção mais precisa de sortimento, focada em aumentar a participação de departamentos de maior margem no mix total da Companhia; (ii) revisão completa do processo de compras, incluindo o fortalecimento das relações com os fornecedores e a melhoria no abastecimento das lojas; (iii) maior inteligência no processo de precificação; (iv) reformulação das modulações das lojas por tamanho, região e renda; e (v) uma avaliação contínua de performance do parque de lojas. Nas tabelas abaixo, apresentamos os resumos financeiros de 2023 com os respectivos comparativos anuais.

Resumo Financeiro (R\$MM)	Consolidado		
	2023	2022 Reapresentado	Var. (%) 23 x 22
GMV	22.794	42.117	-45,9%
GMV Físico	14.068	14.399	-2,3%
GMV Digital	6.026	24.753	-75,7%
GMV Outros	2.699	2.964	-9,9%
Receita Líquida	14.942	25.821	-42,1%
Lucro Bruto	4.356	5.036	-13,5%
Margem Bruta %	29,2%	19,5%	9,6 p.p.
SG&A ¹	(5.942)	(7.491)	-20,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líq.	(1.218)	(4.045)	-69,9%
EBITDA	(2.804)	(6.500)	-56,9%
Depreciação e amortização	(1.374)	(1.608)	-14,6%
Resultado Financeiro	(2.856)	(5.241)	-45,5%
IFRS ²	4.782	129	3.591,5%
Prejuízo do exercício	(2.272)	(13.220)	-82,8%
Despesas da RJ e investigação	545	-	-100,0%
Custos adicionais de fornecedores/conciliação fiscal	-	3.235	-
Impairment ³ baixa de ativo	102	-	-
Revisão de estimativa de Contingências	(254)	-	-
EBITDA Ajustado	(2.411)	(3.265)	-26,2%
Pagamento de arrendamento	(1.078)	(1.183)	-9,9%
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	(3.489)	(4.448)	-21,6%

1 Sem efeito de depreciação e amortização; 2 Ajuste pro-forma - não revisado, alocação de custos lançados no 4T22.

GMV - Em 2023, o GMV Total da Americanas foi de R\$ 22,8 bilhões, registrando uma queda de 45,9% em relação a 2022, devido, principalmente à redução de 75,7% nas vendas da plataforma digital. Esse desempenho negativo no digital é atribuído à estratégia da Companhia de diminuir o volume de vendas do 1P (vendas próprias) e migrar categorias relevantes para o 3P (marketplace), com o objetivo de melhorar a rentabilidade da operação. A plataforma física demonstrou sua força, alcançando R\$ 14,1 bilhões em 2023, e respondeu por mais de 60% do GMV Total da Companhia, com uma leve retração de 2,3% em comparação com 2022. A performance do varejo físico melhorou sequencialmente a partir do 2T23, quando a Americanas restabeleceu o relacionamento com boa parte dos fornecedores, estabelecendo o abastecimento, e iniciou mudanças na gestão de categorias, possibilitando uma oferta mais adequada de sortimento nas lojas. **Vendas Mesmas Lojas (SSS)** - Em 2023, as vendas brutas no conceito "mesmas lojas" cresceram 1,0%, resultado de uma melhoria sequencial de desempenho ao longo do ano, principalmente durante o segundo semestre. O último trimestre concentra três importantes eventos para o varejo em geral e para a Americanas: Dia das Crianças, Black Friday e Natal. Por conta da Recuperação Judicial, chegamos nesse período com o fornecimento ainda não normalizado de itens de grande relevância. Mesmo com esse desafio, alcançamos um crescimento no conceito "mesmas lojas" de 2,1% no último trimestre de 2023. Outro fator que também contribuiu para a melhoria do indicador de vendas "mesmas lojas" foi a otimização do parque de lojas. Abaixo, apresentamos o número de lojas em 2023.

Formatos	Quadro de lojas			
	2022		2023	
	# Lojas	Área de vendas (mil m²)	# Lojas	Área de vendas (mil m²)
Convencional	1.023	988	991	923
Express	780	284	687	258
Local ¹	-	-	53	6
Total	1.803	1.273	1.731	1.189

(¹) As lojas do formato Local foram reincorporadas à gestão da Americanas em dezembro de 2023, após o desfazimento da VEM.

No ano de 2023, encerramos as operações de 125 unidades que estavam sob a gestão da Americanas e que não atendiam aos critérios de rentabilidade da Companhia, o que resultou em uma redução de 91,4 mil metros quadrados de área de vendas. Os encerramentos tiveram uma maior concentração no Sudeste, onde o grupo possui maior presença. Com o desfazimento da VEM, as Lojas Local retornaram à gestão da Americanas em dezembro de 2023.

Receita Líquida

Segmentos	Receita Líquida por segmento (R\$ MM)		
	2023	2022 Reapresentado	Var. (%) 23 x 22
Varejo (físico + digital)	13.365	25.318	-47,2%
HNT	1.849	2.012	-8,1%
AME	283	1.296	-78,2%
Unif.co	239	259	-7,7%
Eliminações / Aj.Consolidação	(794)	(3.064)	-74,1%
Total	14.942	25.821	-42,1%

Em 2023, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 14,9 bilhões, queda de 42,1% em relação a 2022. O desempenho consolidado de 2023 se deve, principalmente, à queda de 47,2% vs. 2022 no segmento do varejo (Americanas físico + digital), com redução do digital de aproximadamente 80%. O físico, mais resiliente, caiu cerca de 17%, impactado por problemas de abastecimento ocorridos logo após o pedido de recuperação judicial. **Lucro Bruto** - Em 2023, o lucro bruto caiu 13,5% vs. 2022, alcançando R\$ 4,4 bilhões. Já a margem bruta representou 29,2% da receita líquida, um avanço de 9,6 p.p. Esse desempenho positivo é consequência das iniciativas estratégicas já descritas, entre as quais: ajustes no mix de lojas físicas, com oferta de produtos com maior potencial de margem, estratégia de pricing mais adequada e início do projeto de modulação de lojas, apresentando resultados robustos na Páscoa. No varejo digital, a contribuição veio da redução de tamanho do 1P e foco no 3P, além da maior racionalidade de precificação. **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas ("SG&A")** - As despesas com SG&A, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 5,9 bilhões em 2023, uma redução de 20,8% em relação ao ano anterior, consequência principalmente do fechamento de 125 lojas no ano e redução de despesas de marketing no digital. O percentual do SG&A sobre receita líquida foi de 39,8% em 2023 vs. 29,1% em 2022, devido à velocidade de redução de despesas ser mais lenta do que a de queda de receita apresentada no período, principalmente no digital. A primeira metade do ano de 2023, período de diagnóstico e início da nova estratégia de redução das estruturas, apresentou um SG&A de 42,0% da receita líquida. Como resultado dos esforços realizados no 6M23, o SG&A do segundo semestre do ano já apontou uma melhoria, atingindo 36,2% da receita líquida. **Outras Receitas/Despesas Operacionais** - Em 2023, a linha de outras receitas/despesas operacionais totalizou um saldo negativo de R\$ 1,2 bilhão. A principal despesa contabilizada está relacionada aos custos dos processos de Recuperação Judicial e Investigações de R\$ 545 milhões. Além disso, no período foi registrada uma reversão de R\$ 661 milhões de *impairment* e uma baixa de ativos de direito de uso de software no valor de R\$ 763 milhões. Esta baixa ocorreu em razão da aceleração de amortização de custos com desenvolvimento de sistemas, em decorrência da mudança de estratégia da Companhia no que tange ao desenvolvimento de softwares que resultou na descontinuidade de sistemas que estavam em elaboração e operação. Dessa forma, o resultado operacional da Companhia foi impactado negativamente pelo efeito líquido de R\$ 102 milhões. Ainda, em 2023 a Companhia revisou as estimativas das provisões de contingências considerando situações anteriores a janeiro de 2023 que, se perdidas, seriam liquidadas com base nos critérios estabelecidos no PRJ e não mais pelos seus valores originais. Como resultado, os processos de natureza civil e imobiliária tiveram uma redução de cerca de 80% no saldo provisionado e reconhecemos R\$254 milhões de outras receitas operacionais. **Reconciliação - EBITDA** - O EBITDA Ajustado apresentado abaixo exclui despesas relativas à recuperação judicial e investigação, *impairment*, baixas de ativos e revisão de estimativas de contingências por conta do desconto (haircut) previsto no PRJ. O detalhamento de cada ajuste ao EBITDA abaixo está detalhado em outras receitas/despesas operacionais. O EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16) exclui, do EBITDA Ajustado, os efeitos do IFRS 16 referentes a aluguel. O EBITDA ajustado ex-IFRS 16 em 2023, apesar de ainda negativo de R\$3,5 bilhões, melhorou em quase R\$1 bilhão comparado ao 2022.

Conciliação EBITDA (R\$MM)	Consolidado		
	2023	2022 Reapresentado	Var. (%) 23 x 22
Prejuízo do exercício	(2.272)	(13.220)	-82,8%
Impostos	4.782	129	3.591,5%
Depreciação e amortização	(1.374)	(1.608)	-14,6%
Resultado Financeiro	(2.856)	(5.241)	-45,5%
EBITDA	(2.804)	(6.500)	-56,9%
Despesas da RJ e investigação	545	-	-100,0%
Custos adicionais de fornecedores/conciliação fiscal	-	3.235	-
Impairment ³ baixa de ativo	102	-	-
Revisão de estimativas de Contingências	(254)	-	-
EBITDA Ajustado	(2.411)	(3.265)	-26,2%
Pagamento de arrendamento	(1.078)	(1.183)	-9,9%
EBITDA Ajustado (ex-IFRS 16)	(3.489)	(4.448)	-21,6%

1 Ajuste pro-forma - não revisado, alocação de custos lançados no 4T22

Resultado Financeiro - Em 2023, o resultado financeiro consolidado registrou um saldo negativo de R\$ 2,9 bilhões, o que representa uma melhoria de R\$ 2,4 bilhões em comparação ao ano anterior. Esta evolução deve-se, principalmente, à redução dos encargos financeiros relacionados a risco sacado, que deixaram de ser contabilizados devido ao término das contratações dessa operação financeira. É importante destacar que, apesar da Recuperação Judicial, a Companhia registrou em 2023 elevados níveis de despesas financeiras provenientes das dívidas existentes pré Recuperação Judicial. Essa contabilização ocorreu até o momento da novação das dívidas da Americanas no âmbito do Processo de Recuperação Judicial.

Abertura Resumo Financeiro Consolidado - R\$MM	Consolidado		
	2023	2022 Reapresentado	Var. (%) 23 x 22
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	1.263	587	676
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária	22	60	(38)
Outras receitas financeiras	99	147	(48)
Total receita financeira	1.384	794	590
Juros e variação monetária dos financiamentos	(3.361)	(2.808)	(553)
Encargos financeiros risco sacado	(2.004)	(2.004)	0,0%
Outras despesas financeiras	(245)	(520)	275
Despesa financeira e arrendamento	(3.606)	(5.332)	1.726
Encargo de arrendamento	(634)	(703)	69
Resultado financeiro	(2.856)	(5.241)	2.385

Prejuízo do exercício - O prejuízo em 2023 foi de R\$ 2,3 bilhões, o que representa uma redução de 82,8% em relação a 2022. O resultado de 2023 foi negativamente marcado pelo impacto operacional da crise e redução de receitas, incluindo os custos adicionais da Investigação e Recuperação Judicial e parcialmente compensados por impactos tributários. A homologação do PRJ e sua execução abre caminho a perspectiva da Companhia gerar lucro tributável em 2024 o que possibilitou o reconhecimento de impostos diferidos no valor de R\$ 4,8 bilhões no 4T23.

Balanco Patrimonial - Principais Indicadores

Endividamento Consolidado - R\$MM	Consolidado		
	2023	2022 Reapresentado	Var. (%) 23 x 22
Risco Sacado - Curto Prazo	15.908	15.910	0,0%
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	15.889	17.386	-8,6%
Debêntures de Curto Prazo	7.634	5.363	42,3%
Cash Flow Hedge Account	-	(1.328)	-
Endividamento de Curto Prazo	39.431	37.331	5,6%
Disponibilidades	4.003	6.075	-34,1%
Contas a Receber de Cartão de Crédito	1.972	3.563	-44,7%
Disponibilidades Totais (2)	5.975	9.638	-38,0%
Caixa (Dívida) Líquida (2) - (1)	(33.456)	(27.693)	20,8%

Em 2023, em virtude da Recuperação Judicial, houve apenas a captação do financiamento extracurricular na modalidade "debtor-in-possession" (Financiamento DIP) pelos acionistas de referência. A primeira tranche, no valor de R\$ 1 bilhão, foi obtida no primeiro trimestre, seguida por uma tranche adicional de aproximadamente R\$ 500 milhões no quarto trimestre. **Patrimônio Líquido** - No fim de 2023, a Companhia apresentou um patrimônio líquido negativo de R\$ 28,8 bilhões, uma deterioração de R\$ 2,1 bilhões em relação ao fim de 2022, principalmente devido ao resultado do ano.

Relacionamento com os Auditores Independentes - Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, a Companhia informa que os auditores independentes BDO RCS, prestaram serviços de auditoria externa do exercício de 2023 (e representação das informações comparativas de 2022). A política da Companhia na contratação de serviços, que não auditoria externa, de auditores independentes garante que não haja conflito de interesses e que os serviços contratados não comprometam a independência dos seus auditores. Assim, a companhia busca que seus auditores prestem serviço de forma objetiva e emitam uma opinião imparcial acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Aviso:

1 - As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

2 - As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- a) www.valor.globo.com/valor-rj
- b) <https://ri.americanas.io>
- c) <https://sistemas.cvm.gov.br/>

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 E EM 1º DE JANEIRO DE 2022 (Em milhões de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023		31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	
ATIVO										
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.681	2.413	2.379	1.758	2.479	2.628	18	5.756	6.538
Títulos e valores mobiliários	8	1.608	2.082	3.254	2.245	3.596	4.224	19	15.908	15.910
Contas a receber de clientes	9	2.371	5.010	6.502	2.380	5.413	7.005	20	8.816	9.366
Contas a receber - Partes relacionadas	13	277	39	28	-	-	-	21	15.005	11.658
Estoques	10	1.969	3.611	4.931	2.028	3.700	5.304	23	137	10
Impostos a recuperar	11	900	1.330	973	1.149	1.476	1.112	22	1.328	1.147
Imposto de renda e contribuição social	12	435	185	-	467	204	-	12	-	-
Despesas antecipadas	7	71	41	32	78	64	86	24	57	191
Outros ativos circulantes	15	568	5	267	622	46	409	17	445	491
Total do ativo circulante	9.880	14.716	18.386	10.727	16.978	20.768	50.104	48.500	40.311	49.275
NÃO CIRCULANTE										
Títulos e valores mobiliários	8	-	178	90	-	44	73	22	-	135
Impostos a recuperar	11	3.048	3.387	4.063	3.048	3.389	4.078	23	3	-
Imposto de renda e contribuição social	12	208	405	-	208	405	-	12	-	52
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	4.809	-	4.821	-	-	-	24	1.519	1.591
Depósitos judiciais	24	623	525	318	630	550	348	17	4.470	5.577
Contas a receber - Partes relacionadas	13	-	16	2	-	14	-	14	435	834
Outros ativos não circulantes	6	6	17	25	7	18	35	33	120	110
Investimentos	14	2.371	1.943	3.896	29	612	8	30	34	92
Imobilizado	15	2.314	2.921	2.225	2.381	2.976	2.671	27	445	491
Ativo de direito de uso	17	4.037	5.301	4.890	5.085	5.359	5.840	24	1.219	1.360
Intangível	16	890	1.214	-	1.179	1.527	3.403	25	1.219	1.360
Total do ativo não circulante	18.306	15.907	15.509	16.388	14.894	16.456	50.104	48.500	40.311	49.275
TOTAL DO ATIVO	28.186	30.623	33.895	27.115	31.872	37.224	100.208	97.000	90.586	98.5

continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhões de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício.....		(2.272)	(13.220)	(2.272)	(13.220)
Ajustes ao prejuízo do exercício					
Depreciação e amortização.....		1.291	1.468	1.374	1.608
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido.....	12	(4.815)	114	(4.762)	(129)
Juros, variações monetárias e cambiais e custo de transação.....		4.353	2.723	3.354	2.828
Equivalência patrimonial.....	14	(714)	627	2	(7)
Ajuste ao valor justo - Combinação de negócios.....		-	(170)	-	(170)
Constituição de provisão para processos judiciais e contingências.....	24	276	1.388	418	1.437
Reversão de provisão para processos judiciais e contingências.....	24	(369)	(283)	(603)	(507)
Provisão (reversão) para impairment.....	29	(629)	2.363	(518)	2.363
Outros.....		785	(189)	619	464
		(2.094)	(5.179)	(2.388)	(5.333)
Redução (aumento) nos ativos operacionais					
Contas a receber.....		2.646	1.499	3.054	1.493
Estoques.....		2.005	2.160	2.035	2.444
Impostos a recuperar.....		722	2.170	543	(257)
Despesas antecipadas.....		(30)	(9)	(14)	22
Depósitos judiciais.....		(98)	(207)	(80)	(204)
Outras contas a receber (circulante e não circulante).....		(550)	295	(565)	552
		4.695	3.468	4.973	4.050
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores.....		(782)	(4.654)	(882)	(4.388)
Salários, encargos e contribuições sociais.....		23	39	11	(10)
Tributos a recolher (circulante e não circulante).....		184	569	178	547
Pagamento de contingências.....	24	(113)	(72)	(118)	(74)
Outras obrigações (circulante e não circulante).....		(358)	589	(1.237)	1.414
Contas a receber/pagar com partes relacionadas.....		(583)	1.322	(2)	(9)
		(1.629)	(2.207)	(2.050)	(2.520)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures.....		(134)	(1.496)	(146)	(1.559)
Juros pagos sobre arrendamentos.....	17	(630)	(663)	(634)	(703)
Imposto de renda e contribuição social pagos.....		-	-	-	(10)
		208	(6.077)	(245)	(6.075)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais					
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Títulos e valores mobiliários.....	8	652	1.083	1.395	658
Aquisição de imobilizado.....	15	(314)	(570)	(329)	(647)
Aquisição de intangível.....	16	(10)	(1.519)	(85)	(2.133)
Aumento de capital em controladas, coligadas e controladas em conjunto.....	14	(514)	(730)	-	(22)
Ajuste de preço na combinação de negócios.....		-	109	-	-
Aquisições de participações societárias.....	14	-	(51)	-	(51)
Dividendos recebidos.....	14	-	45	-	1
Caixa líquido incorporado.....		-	85	-	-
		(186)	(1.548)	981	(2.194)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures.....		1.503	8.339	1.803	8.951
Liquidações de empréstimos e financiamentos e debêntures.....		(1.823)	(1.339)	(2.814)	(1.512)
Risco Sacado.....		(2)	1.739	(2)	1.739
Pagamentos de passivo de arrendamento.....	17	(432)	(503)	(444)	(481)
Aumento de capital em dinheiro.....		-	344	-	344
Adiantamento para futuro aumento de capital.....		-	1	-	1
Aquisição de ações em tesouraria.....		-	(589)	-	(589)
Dividendos e participações pagos.....		-	(333)	-	(333)
		(754)	7.659	(1.457)	8.120
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento					
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa					
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa.....	7	2.413	2.379	2.479	2.628
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa.....	7	1.681	2.413	1.758	2.479
		(732)	34	(721)	(149)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas				
Vendas de mercadorias e serviços.....	16.349	28.498	17.283	30.849
Outras receitas.....	(1.610)	(1.759)	(1.474)	(1.229)
Perdas (reversão) estimadas em créditos de liquidação duvidosa.....	(467)	(187)	(566)	(242)
	14.272	26.552	15.243	29.378
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados.....	(11.444)	(22.545)	(11.837)	(23.624)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.....	(2.837)	(4.157)	(3.000)	(5.649)
	(14.281)	(26.702)	(14.837)	(29.273)
Valor adicionado bruto	(9)	(150)	406	105
Perda e recuperação de valores ativos.....	629	(2.363)	518	(2.363)
Depreciação e amortização.....	(1.291)	(1.468)	(1.374)	(1.608)
	(671)	(3.981)	(450)	(3.866)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial.....	714	(627)	(2)	7
Receitas financeiras.....	504	574	1.384	794
	547	(4.034)	932	(3.065)
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal.....	1.526	1.206	1.855	1.784
Remuneração direta.....	224	266	265	332
Benefícios.....	117	90	151	137
FGTS.....	1.867	1.562	2.271	2.253
Impostos, taxas e contribuições				
Federais.....	(4.870)	176	(4.742)	44
Estaduais.....	1.069	1.238	1.091	1.323
Municipais.....	104	120	122	170
	(3.697)	1.534	(3.529)	1.537
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros.....	4.458	5.823	4.240	6.035
Aluguéis.....	152	250	181	274
Outras.....	39	17	41	56
	4.649	6.090	4.462	6.365
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício.....	(2.272)	(13.220)	(2.272)	(13.220)
	(2.272)	(13.220)	(2.272)	(13.220)
Valor total adicionado distribuído.....	547	(4.034)	932	(3.065)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial ("Americanas" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código AMERCO, com sede localizada na Rua Sacadura Cabral, 102, Savassi, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.080-902. A Companhia e suas controladas são coletivamente denominadas "Grupo" ou "Grupo Americanas" incluindo plataformas digitais, física (com as Lojas Americanas, Express, Ame Go e Hortifruti Natural da Terra ("HNT"), franquias (Imaginarium e Puket) ("Uni.Co"), fulfillment, Intech (Ame Digital e Parati) e publicidade (ads)). A Americanas possui atividade há mais de 95 anos, com presença em aproximadamente 850 cidades dos 27 estados do território brasileiro. A Companhia conta com mais de 30.000 colaboradores por trás de toda a operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 2.272, possui prejuízo acumulado de R\$ 43.136, passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes individuais e consolidados de R\$ 40.224 e R\$ 38.548, respectivamente, geração de caixa operacional líquida de R\$ 208 e aplicação de caixa operacional consolidado de R\$ 245, impactados pelas operações de risco sacado e demais eventos mencionados no Fato Relevante de 13 de junho de 2023 e de seus resultados operacionais em períodos anteriores. O plano para equalização da situação econômica e financeira da Companhia está aprovado no Plano de Recuperação Judicial. Além disto, a Administração possui um plano estratégico focado na rentabilidade, nova estratégia de crescimento sustentável, ampliação no sortimento de produtos com aumento da oferta e margem, foco na digitalização, nas sinergias entre física e digital, eficiência na operação e otimização de custos e foco na reestruturação dos negócios de Ame. **Plano de Recuperação Judicial:** Em razão do cenário enfrentado pela Companhia ocasionado pelos fatos narrados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Americanas e algumas de suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.A.R.L. - Em Recuperação Judicial, e B2W Digital Lux S.A.R.L. - Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. - Em Recuperação Judicial ("Recuperandas" ou "Grupo Americanas"), ajustaram, em 12 de janeiro de 2023, tutela de urgência cautelar em caráter antecedente ao pedido de recuperação judicial, com fundamento nos arts. 189 e 6º, § 12, da Lei nº 11.101/2005, a qual foi distribuída perante a 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (o "Juízo da Recuperação Judicial"). A tutela de urgência requerida foi deferida em 13 de janeiro de 2023 a fim de antecipar os principais efeitos do processamento da recuperação judicial e, dentre outros, suspender o efeito das cláusulas de vencimento antecipado dos contratos celebrados com diversas instituições financeiras e determinar a restituição de valores que, eventualmente, já tivessem sido objeto de compensação. Em 19 de janeiro de 2023, o Grupo Americanas apresentou o pedido principal de recuperação judicial ("Recuperação Judicial"), que teve o processamento deferido na mesma data pelo Juízo da Recuperação Judicial, confirmando integralmente a liminar concedida cautelarmente. A Companhia almeja, com o processo de Recuperação Judicial, preservar a prestação de serviço amplo à população, bem como seus compromissos com a geração de empregos e com os fornecedores e clientes, em uma operação econômica e sustentável, além de ser uma relevante pagadora de tributos. Em continuidade, nas buscas de entendimentos com seus credores e com vistas a um acordo que pudesse equacionar suas dívidas e impulsionar, na ausência de entendimento, o Conselho de Administração ("Conselho") aprovou a apresentação da primeira versão do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") ou "Plano", que foi apresentado nos autos da Recuperação Judicial em 20 de março de 2023, dentro do prazo previsto no art. 53 da Lei nº 11.101/2005. Em 27 de novembro de 2023, a Americanas protocolou nos autos da Recuperação Judicial uma nova versão do PRJ e, na mesma data, firmou um acordo vinculante de suporte ao PRJ ("PSA") com credores titulares de mais de 35% da dívida da Companhia, excluído os credores *intercompany*. Além destes, outros credores que participaram das negociações também subscreveram, posteriormente, o PSA e passaram a apoiar o PRJ, aumentando para mais de 50% o percentual de credores com compromisso formal e vinculante de aprovação do PRJ em sede de Assembleia Geral de Credores. Após extensas negociações entre a Companhia, seus acionistas de referência e seus principais stakeholders, inclusive titulares de dívidas no exterior, os credores do Grupo Americanas, reunidos em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de dezembro de 2023 ("AGC"), aprovaram o PRJ, com ajustes adicionais negociados, conforme versão do Plano apresentada aos autos na mesma data, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. Conforme texto relevante divulgado em 19 de dezembro de 2023, a Companhia acredita que o PRJ aprovado representa uma solução para todas as partes interessadas, de forma equilibrada, e representa um importante passo no processo de reestruturação do Grupo Americanas. Após a aprovação em AGC, o PRJ foi submetido à apreciação do Juízo da Recuperação Judicial para homologação e concessão da Recuperação Judicial. Em 26 de fevereiro de 2024, após a manifestação favorável da Administração Judicial e do Ministério Público, o Juízo da Recuperação Judicial homologou, sem ressalvas, o PRJ e concedeu a Recuperação Judicial do Grupo Americanas. Como consequência da publicação no diário oficial da decisão de homologação do PRJ e concessão da recuperação judicial, ocorrida em 27 de fevereiro de 2024, todos os créditos sujeitos ao procedimento foram renovados, ficando os credores concursais vinculados ao PRJ homologado. O PRJ aprovado, homologado e em andamento prevê: (i) a prospeção e adoção de medidas durante a Recuperação Judicial visando à obtenção de novos recursos através de aumentos de capital ("Aumento de Capital Reestruturação"), com objetivo de assegurar os recursos mínimos necessários para a implementação dos termos e condições de reestruturação dos créditos contemplados no Plano, conforme a seguir: a. Valor de R\$ 12 bilhões por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extracurricular na modalidade *debt-in-possession* ("DIP") existentes na data da realização do aumento de capital, dos quais estão no processo de regularização com previsão de conclusão em 28 de agosto de 2024; e b. Valor de R\$ 2 bilhões por meio da capitalização de créditos detidos contra a Companhia por parte dos credores, dos quais estão no processo de regularização com previsão de conclusão em 26 de agosto de 2024. Destaca-se que será assegurado aos atuais acionistas direito de preferência para a subscrição do Aumento de Capital Reestruturação; (ii) a reestruturação e equalização do passivo do Grupo Americanas, conforme descrito a seguir: a. Credores Trabalhistas (Classe I) e ME e EPP (Classe IV); na forma do art. 45, §3º, da Lei nº 11.101/2005, o Plano não altera o valor ou as condições originais de pagamento dos créditos dos Credores Trabalhistas e dos Credores ME e EPP que foram quitados em março de 2024 de acordo com os termos e condições originais de pagamento ou em condições diversas acatadas pelo respectivo Credor; b. Credores Quirografários (Classe III); (c) Credores com Créditos Quirografários até R\$ 12 mil; Os Credores Quirografários de Créditos Quirografários em Real no valor de até R\$ 12 mil, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, optaram por ter seus respectivos Créditos Quirografários integralmente pagos pela Americanas, em parcela única, sem deságio e sem correção. Os saldos desses credores foram liquidados em março de 2024; (ii) Credores com Créditos Quirografários acima de R\$ 12 mil: A Americanas está disponibilizando o montante total de aproximadamente R\$ 40 milhões para o pagamento de Credores Quirografários em Real titulares de Créditos Quirografários em montantes acima de R\$ 12 mil que acataram receber R\$ 12 mil para a quitação do seu Crédito Quirografário, desde que aderiram ao Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano; (iii) Credores com créditos superiores a R\$ 12 mil: Os Credores com créditos superiores a R\$ 12 mil, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, optaram por aderir à opção acima, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, estão sendo pagos em 48 parcelas mensais iguais, após aplicação de deságio de 50% ao valor total dos Créditos Quirografários, onde esses pagamentos foram iniciados em março de 2024, com previsão de conclusão dos pagamentos em 2026; (iv) Credores Fornecedores Colaboradores: A Americanas disponibilizou o montante aproximado de R\$ 3,7 bilhões para o pagamento de Credores Fornecedores não financeiros que retornaram, até a data de Aprovação do Plano, o fornecimento regular para o Grupo Americanas de produtos para revenda, conforme aplicável, nos volumes, qualidade, sortimento, prazo de entrega e condições previamente acordados com a Companhia, que preencheram estritamente os requisitos e as condições estabelecidas na Cláusula 6.2.9 do PRJ, observada a ordem de prioridade prevista na Cláusula 6.2.9.3 do Plano. O montante de R\$ 3,7 bilhões está sendo disponibilizado para pagamentos dos Credores Fornecedores Colaboradores efetuados ao longo de março de 2024, além do montante adicional de aproximadamente R\$ 300 milhões, para o pagamento escalonado do saldo em 60 parcelas adicionais. Para o Crédito Quirografários de Credores Fornecedores Colaboradores, referidos valores estão sendo pagos conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores de créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil; (v) Credores Fornecedores de Tecnologia: A Americanas disponibilizou o montante de R\$ 100 milhões para o pagamento de Credores Fornecedores de Tecnologia que preencheram os requisitos previstos na Cláusula 6.2.10 do PRJ. Os Créditos Quirografários de Credores Fornecedores de Tecnologia, referidos valores foram pagos em abril de 2024 conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil; (vi) Leilão Reverso: As Recuperandas realizaram uma rodada de pagamento antecipado àqueles Credores Quirografários que optaram por receber a quitação integral ou de parte de seus Créditos Quirografários com um desconto no interior a 70% do respectivo montante do Crédito Quirografário, desde que observem os requisitos previstos na Cláusula 6.2.2 do Plano. As Recuperandas utilizaram o valor de R\$ 2 bilhões para o pagamento dos Créditos Quirografários afetados no contexto do Leilão Reverso. No dia 13 de março de 2024, o Grupo Americanas apresentou nos autos da Recuperação Judicial o Edital do Leilão Reverso a fim de dar amplo conhecimento aos Credores Quirografários acerca do procedimento. A habilitação para participação no Leilão Reverso ocorreu entre os dias 1 e 26 de abril. O resultado do Leilão Reverso foi divulgado nos autos da Recuperação Judicial pela Administração Judicial no dia 27 de maio de 2024. (vii) Opção de Reestruturação II: Os Credores Quirografários que optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após eventual pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, com redução no percentual de 70% e amortização em parcela única em 2029, independentemente de estarem sujeitos ao Compromisso de Não Litigar previsto no Plano; (viii) Opção de Reestruturação II: Os Credores Fornecedores assumiram e que estão adimplentes com seu Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano optaram pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após o pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, mediante a entrega de pacote composto por: (i) Novas Ações Capitalização de Créditos que estão no processo de emissão no contexto do Aumento de Capital Reestruturação previsto nas Cláusulas 4.1.2 e 5.1 do PRJ; (ii) Debêntures Americanas, nos termos previstos na Cláusula 6.2.6.3 do Plano, sendo (i) Debêntures Americanas - Série Simples, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.1 e 6.2.6.3.3 do Plano, conforme aplicável e (ii) Debêntures Americanas - Série Prioritária, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.2 e 6.2.6.3.4 do PRJ, conforme aplicável; que estão no processo de emissão e (iii) Pagamento em dinheiro correspondente à parcela de Recomprou Créditos Quirografários, nos termos e condições previstos nas Cláusulas 6.2.6.4 e 6.2.6.6 do Plano que ocorreu em julho de 2024; (ix) Modalidade de Pagamento Geral: Os credores que não optaram por nenhuma das opções de pagamento anteriores ou que se enquadraram nas hipóteses previstas na Cláusula 6.2.11 do PRJ, tiveram seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 80% e serão pagos em parcela única, no mês de março de 2024, nos termos do Plano; (x) Créditos Intercompany e Créditos Acionistas de Referência. Os Créditos Intercompany e Créditos Acionistas de Referência não poderão participar do Leilão Reverso e serão quitados, em parcela única, em 2025, com possibilidade de exclusão do critério do Grupo Americanas, tais credores já foram quitados, em caráter de transferência de recursos, com a incidência de deságio de 95%, desde que todos os Créditos Concursais já tenham sido quitados; e (xi) Credores Stock Options. Os Credores Stock Options, mesmo que sejam titulares de Créditos Líquidos ou de Créditos Retardatários, terão seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 93% e serão quitados, após aplicação de deságio, em apenas uma parcela, 30 dias após o envio pelo respectivo Credor Stock Options para a Companhia das informações de pagamento. Como forma de levantamento dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações do Plano, o Grupo Americanas: (i) poderá promover processos organizados de alienação da unidade de negócio Hortifruti Natural da Terra ("HNT") e da participação da Companhia no Grupo Uni.Co; (ii) poderá promover processos organizados de alienação dos ativos listados no Anexo 4.1.4 do PRJ sob a forma de UPJs ou não, observado o disposto no Plano; (iii) poderá onerar bens que integram o ativo permanente (não circulante) das Recuperandas listados no referido Anexo 4.1.4 do PRJ; e (iv) poderá promover a alienação ou oneração de outros bens, móveis ou imóveis, integrantes do ativo não circulante das Recuperandas ("Ativos Relevantes") inclusive para fins de garantia em processos judiciais, observadas as limitações estabelecidas na Escritura de Debêntures Americanas, e de quaisquer outros bens integrantes do seu ativo circulante (não permanente) São UPJs definidas no PRJ: HNT, Uni.Co, Ame Digital. A Companhia utilizará parte dos recursos provenientes das eventuais alienações das UPJs definidas, para maximizar a redução de sua dívida remanescente com os credores aderentes à Opção de Reestruturação II. A relação de credores do Grupo Americanas foi apresentada pela Administração Judicial Conjunta nos autos da Recuperação Judicial, em sua versão mais recente, no dia 2 de junho de 2023, iniciando o prazo para apresentação de habilitações ou impugnações de créditos, que se encerrou em 29 de junho de 2023.

Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários. Oportunamente, a Administração Judicial Conjunta apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores. Os credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas (debêntures ou *senior notes*), tiveram a oportunidade de exercer, individualmente, os direitos de opção na Recuperação Judicial e de participação, votando na Assembleia Geral de Credores ("AGC"). Referidos credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas elevaram suas escolhas da sua opção de pagamento nos termos do PRJ. Em 25 de janeiro de 2023, foi ajuizado o *chapter 15*, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial. O pedido foi reconhecido em 3 de março de 2023 ("Recognition Order"). As principais informações acerca do procedimento estão disponíveis no seguinte site <https://ri.americanas.io/recuperanda-judicial/chapter-15/>. Após a homologação do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial, a Companhia tomará as medidas necessárias para obter o reconhecimento pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque da decisão homologatória do PRJ no Brasil no âmbito *chapter 15*. **Encerramento da Investigação Independente e Apurações Internas:** Em 11 de janeiro de 2023, os entes diretores da Companhia, Srs. Sergio Rial e André Covre, reuniram, em reunião conjunta do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da Companhia, que foram detectadas inconsistências contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme divulgado em Fato Relevante na mesma data. O Conselho de Administração deliberou, nessa mesma data, a criação do Comitê Independente ("Comitê"), responsável por apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis e, ao fim da investigação, apresentar conclusões diretamente ao Conselho de Administração. Os membros do Comitê independente foram os Srs. Osvaldo Kazbek, Eduardo Flores e Antonio Luiz Pizarro Mano, com o suporte de assessores especializados neste tipo de demanda. Posteriormente, em 13 e 14 de junho de 2023, foram divulgados nos Fatos Relevantes que indicaram, com base em documentos entregues pelo Comitê e por documentos complementares identificados pela administração e seus assessores jurídicos, que prepararam um relatório com essas informações ("Relatório"), que tais inconsistências eram fraudes contábeis relativas a transações e/ou contabilizações fraudulentas de Verba de Propaganda Cooperada ("VPC") e Risco Sacado da Companhia, com a liderança, envolvimento e participação de ex-executivos. Diante do Relatório apresentado pelos assessores da Companhia, o Conselho de Administração deliberou o desligamento/imediata das pessoas cujos nomes foram mencionados no Relatório e que ainda estavam ligados, em qualquer medida, à Companhia. O Conselho de Administração também orientou a Companhia e os assessores a apresentar a Relatório a todas as autoridades competentes e avaliar as medidas visando ao ressarcimento dos danos causados pelas fraudes em suas demonstrações financeiras. Em 12 de julho de 2024, o Comitê realizou uma apresentação ao Conselho e à diretoria executiva acerca da conclusão de seus trabalhos de investigação, tendo sido entregue o relatório final no dia 16 de julho de 2024. As evidências apresentadas pelo Comitê confirmaram a existência de fraude contábil, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na conta Fornecedores, por meio de contratos fictícios de UPJs e por operações financeiras com o Grupo Americanas sob o nome de "risco sacado", com o intuito de ocultar as operações realizadas no balanço da Companhia. Em paralelo ao trabalho do Comitê, a Companhia mensurou o impacto das inconsistências contábeis e realizou a correção destas inconsistências em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (incluindo o impacto em exercícios anteriores), apresentadas em 14 de novembro de 2023. A conclusão da investigação do Comitê não identificou achados complementares, com relação àqueles já refletidos nas demonstrações financeiras de 2022. A Americanas informou, ainda, que os responsáveis por comandar ou orquestrar as fraudes identificadas não mais integram os quadros da Companhia e que, diante das evidências apresentadas pelo Comitê e sem prejuízo das medidas já tomadas com relação a tais fatos, o Conselho orientou a Diretoria da Companhia, juntamente com seus advogados, a tomar as providências necessárias para a comunicação às autoridades competentes - Ministério Público Federal, Polícia Federal, Comissão de Valores Mobiliários e demais autoridades - e a continuar colaborando integralmente com as investigações em curso. Adicionalmente, conforme informado no referido Fato Relevante, o Conselho solicitou que a Diretoria avalie as medidas a serem adotadas para a defesa dos interesses sociais e o ressarcimento pelos prejuízos causados à Companhia. **Governança e Medidas Tomadas pela Companhia:** A B3 iniciou, em março de 2023, um processo de *enforcement* para analisar questões relacionadas à fraude contábil divulgada pela Companhia em 14 de novembro de 2023, especificamente em relação às demonstrações financeiras e informações no Regulamento do Novo Mercado. Em 08 de novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissores da B3 interveio decisivo no conteúdo do processo de *enforcement*, sujeitando a recurso com efeito suspensivo, suspendendo a Companhia do segmento específico de listagem do Novo Mercado por infrações ao seu regulamento, até o cumprimento de determinadas exigências listadas na referida decisão. Na mesma decisão, a B3 multou administradores e integrantes de órgãos de assessoramento da Companhia

continuação

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial | CNPJ 00.776.574/0006-60

Eletos dos referidos ajustes nas demonstrações dos resultados abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora		Consolidado		Ref.
	31/12/2022 Publicado	Ajuste 31/12/2022 Reapresentado	31/12/2022 Publicado	Ajuste 31/12/2022 Reapresentado	
Prejuízo do exercício	(12.912)	(308)	(12.912)	(308)	(13.220)
Outros resultados abrangentes:					
Hedge de fluxo de caixa	(835)	(217)	(1.052)	(835)	(217)
Eletos tributários	140	217	357	140	217
Eletos tributários decorrentes de ajustes do acervo incorporado	485	-	485	485	-
Varição cambial de investidas no exterior	(2)	-	(2)	(2)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	3	-	3	3
Ganhos/Perdas atuariais - assistências médicas	-	14	-	14	14
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício subsequentes, líquido dos tributos	(212)	(195)	(212)	17	(195)
Total do resultado abrangente	(13.124)	(291)	(13.415)	(13.124)	(291)

(i) Reclassificação DPA: Refere-se à reclassificação dos impostos contabilizados nas rubricas do hedge de fluxo de caixa. Eletos dos referidos ajustes no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022:

	Controladora		Consolidado		Ref.
	31/12/2022 Publicado	Ajuste 31/12/2022 Reapresentado	31/12/2022 Publicado	Ajuste 31/12/2022 Reapresentado	
Patrimônio Líquido originalmente apresentado em 31 de dezembro de 2021	(12.621)	(12.621)			
Reconhecimento de plano de assistência médica		(112)		(112)	1
Contrato de parcerias		455		455	2
Ajuste de correção de saldos de controladas		(53)		(53)	3
Patrimônio Líquido reapresentado em 1º de janeiro de 2022	(12.331)	(12.331)			
Patrimônio Líquido originalmente apresentado em 31 de dezembro de 2022	(26.667)	(26.667)			
Reconhecimento de plano de assistência médica		(110)		(110)	1
Ajuste referente ao contrato de parcerias		(78)		(78)	2
Ajuste de correção de saldos de controladas		652		652	3 e 6
Ajuste referente a marketplace		(62)		(62)	4
Ajuste de provisão de honorários		(405)		(405)	5
Patrimônio Líquido reapresentado em 31 de dezembro de 2022	(26.570)	(26.570)			

Eletos dos referidos ajustes na demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora		Consolidado		Ref.
	31/12/2022 Publicado	Ajuste Reapresentado	31/12/2022 Publicado	Ajuste Reapresentado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(12.912)	(308)	(13.220)	(12.912)	(308)
Depreciações e amortizações	1.466	2	1.468	1.608	-
Equivalência patrimonial	255	372	627	(7)	(7)
Outros	(106)	(83)	(189)	(942)	1.406
Demais rubricas não afetadas	6.135	-	6.135	5.822	-
Contas a receber	(5.162)	(17)	(5.179)	(6.431)	1.098
Impostos a recuperar	1.498	-	1.498	(57)	1.493
Outras contas a receber (circulante e não circulante)	(270)	-	(270)	(270)	13
Fornecedores	248	47	295	563	(11)
Fornecedores	(4.592)	(62)	(4.654)	(4.305)	(83)
Risco sacado	1.739	(1.739)	-	1.739	(1.739)
Tributos a recolher (circulante e não circulante)	569	-	569	544	3
Outras obrigações (circulante e não circulante)	140	449	589	505	909
Demais rubricas não afetadas	1.074	-	1.074	(103)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.755)	(1.322)	(6.077)	(6.208)	133
Imobilizado	(546)	(24)	(570)	(623)	(24)
Intangível	(1.224)	(295)	(1.519)	(1.384)	(749)
Aumento de capital em controladas e coligadas	(661)	(49)	(730)	(22)	(22)
Aquisições de participações societárias		(51)	(51)	1.048	(1.099)
Demais rubricas não afetadas	1.322	-	1.322	659	-
Fluxo de caixa de atividades de investimento	(1.129)	(419)	(1.548)	(322)	(1.872)
Captações	8.337	2	8.339	8.951	-
Risco sacado	-	1.739	-	1.739	-
Demais rubricas não afetadas	(2.419)	-	(2.419)	(2.570)	-
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	5.918	1.741	7.659	6.381	1.739
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	34	-	34	(149)	-
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.379	-	2.379	2.626	2
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.413	-	2.413	2.477	2

(ii) Reclassificação do risco sacado na demonstração de fluxo de caixa: Reclassificação da natureza do "Risco sacado" de atividades operacionais para atividades de financiamento em conformidade com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Eletos dos referidos ajustes na demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora		Consolidado		Ref.
	31/12/2022 Publicado	Ajuste Reapresentado	31/12/2022 Publicado	Ajuste Reapresentado	
Receitas	26.477	75	26.552	29.675	(297)
Insuamos adquiridos de terceiros	(26.702)	-	(26.702)	(29.273)	-
Valor adicionado bruto	(225)	75	(150)	402	(297)
Perda e recuperação de valores ativos	(2.363)	-	(2.363)	(2,363)	-
Depreciação e amortização	(1.466)	(2)	(1.468)	(1.608)	-
Valor adicionado líquido produzido	(4.054)	73	(3.981)	(3.569)	(297)
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	(255)	(372)	(627)	7	-
Receitas financeiras	574	-	574	794	-
Valor adicionado total a distribuir	(3.735)	(299)	(4.034)	(2.768)	(297)
Distribuição do valor adicionado					
Demais rubricas não afetadas	3.363	-	3.363	4.120	-
Juros	5.814	9	5.823	6.024	11
Remuneração de Capitais Próprios	(12.912)	(308)	(13.220)	(12.912)	(308)
Total do valor adicionado distribuído	(3.735)	(299)	(4.034)	(2.768)	(297)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**DIRETORIA ESTATUTÁRIA****DIRETOR DE CONTROLADORIA E TRIBUTOS****CONTADOR****PARECER DO CONSELHO FISCAL****PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA**

Os membros do Conselho Fiscal da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial ("Americanas" ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento a que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6.404/76, conforme alterado, analisou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a representação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada nesta data, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, a BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., emitido nesta data sem ressalvas. Como parte integrante dos trabalhos, conforme detalhados em Ata, o Conselho Fiscal realizou reuniões com a Administração da Companhia, tanto a Diretoria quanto o Conselho de Administração, assim como o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna e demais colaboradores da Americanas responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras. Os membros do Conselho Fiscal registram que tiveram acesso ao relatório final de investigação emitido pelo Comitê Independente, constituído para apurar as circunstâncias que ocasionaram os fatos reportados no Relatório divulgado em 11 de janeiro de 2023. Assim, com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, e à luz do parecer sem ressalva emitido por esses e dos procedimentos adotados para tanto, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela assembleia geral dos acionistas.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.

Elias de Matos Brito

Raphael Manhães Martins

Ricardo Scalzo

Eduardo Seixas

Mauro Muratori Not

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Os Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que: (i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas; e (ii) reviram, discutiram e concordaram, com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.

Leonardo Coelho Pereira - Camille Loyo Faria

Os Diretores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial, que abaixo subscrevem, declaram, nos termos do art. 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, com alterações subsequentes, que: (i) reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e afirmam que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Diretoria em sua gestão; e (ii) reviram, discutiram e concordaram com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, incluindo parecer sem ressalvas, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2024.

Leonardo Coelho Pereira - Camille Loyo Faria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Acsc

Acionistas, Conselheiros e Administradores da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como os correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas." Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfase

Plano de Recuperação Judicial
Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 01 e 35, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o Plano de Recuperação Judicial ("Plano") da Companhia e de algumas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial ("Plano") pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo"), ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como o chapter 15, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial, foi reconhecida a homologação do Plano. Até a conclusão dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, as condições previstas no Plano, foram atendidas: (i) aumento de capital por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extracurricular na modalidade *debtor-in-possession* ("DIP") e de créditos devidos por credores; (ii) pagamento integral dos credores listados na classe I, IV, os credores fornecedores colaboradores, os credores fornecedores de tecnologia e os titulares de créditos quirografários na classe II, II ou que tenham escolhido receber R\$ 12 mil e outorgu quitação em relação ao excedente do crédito. As demais opções de pagamento a credores não acionaram até a conclusão dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício. Essas assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Continuidade operacional e os impactos da homologação do plano de recuperação judicial

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 01 e 24, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía capital circulante líquido negativo de R\$ 40.224 milhões (Controladora) e R\$ 38.548 milhões (Consolidado) e prejuízo acumulado no montante de R\$ 43.136 milhões (Controladora e Consolidado). O Plano de Recuperação Judicial ("Plano") da Companhia e suas controladas foi aprovado em Assembleia Geral de Credores em 19 de dezembro de 2023, sendo que a homologação do Plano de Recuperação Judicial ("Plano") pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo"), ocorreu em 27 de fevereiro de 2024 com a publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como o chapter 15, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York) teve reconhecimento, portanto, tendo os efeitos legais adotados e obrigando a Companhia, tanto quanto todos os credores a ele sujeitos, ao seu cumprimento a partir da sua publicação nos termos da Lei nº 11.101/2005. O Plano muda substancialmente os termos dos passivos da Companhia e suas controladas a partir da publicação da sua homologação, em especial dos passivos financeiros com instituições financeiras e *bondholders*; assim como resultou na revisão da estimativa dos demais passivos em 31 de dezembro de 2023 em consonância com o CPC 25/IAS 37 - Provisão e Passivo e Ativo Contingentes e CPC 24/IAS10 - Eventos Subsequentes, em especial a causas de natureza imobiliária e civil. Como resultado do evento subsequente da homologação do Plano, a Companhia revisou e atualizou as pressupostos utilizados como base para mensuração de certas provisões dos seus passivos, resultando na redução de R\$ 254 milhões (Controladora e Consolidado), enquanto os efeitos de novação da dívida financeira e dos demais passivos ("hair cut"), conforme previsto no Plano, devem ser reconhecidos após 31 de dezembro de 2023.

Considerando a complexidade relacionada à aplicação da Lei nº 11.101/2005 e das especificidades do Plano em relação ao momento de reconhecimento, mensuração e divulgação dos seus efeitos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia, bem como os aspectos de cumprimento do Plano nos eventos subsequentes, como fator primordial de avaliação de sua continuidade operacional, concluímos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossas rotinas de auditoria incluem, entre outros:
• Leitura e análise da documentação relacionada ao processo de recuperação judicial, incluindo a aprovação dos credores em Assembleia Geral, a decisão do Juízo concordando a homologação do Plano, seus efeitos legais e subsequente publicação;
• Avaliação da representação dos assessores jurídicos da Companhia acerca da validade dos efeitos legais da aprovação e homologação do Plano, cujos efeitos contábeis de novação da dívida e demais passivos, exceto provisões, impactados pelo Plano ("hair cut") devem ser reconhecidos após 31 de dezembro de 2023;

• Avaliação das características dos passivos de natureza imobiliária e civil, descritos no Plano, para analisar: (i) o momento de reconhecimento dos passivos vis a vis os efeitos do Plano vigentes a partir da data de sua publicação; e (ii) a razoabilidade das pressupostos utilizados para mensuração da provisão do passivo imobiliário e em relação a outros credores;
• Avaliação e obtenção de evidência da existência de eventos subsequentes até a aprovação dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que demonstrem a capacidade de continuidade operacional da Companhia, considerando os aspectos de continuidade operacional do Plano, desempenho realizado versus o orçado, cumprimento de obrigações de curto prazo, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*;

• Avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esses assuntos preparadas pela Companhia.
Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as pressupostos utilizados pela Companhia e suas controladas para avaliarem a mensuração da provisão do passivo imobiliário e em relação a outros credores e as bases utilizadas para demonstração da capacidade de continuidade operacional em um futuro previsível conforme requerido pelas práticas contábeis, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Investigação independente e de autoridades públicas e aspectos de governança

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em decorrência de diversos fatos relacionados a inconsistências em lançamentos contábeis divulgados pela Companhia, desde 11 de janeiro de 2023, o Conselho de Administração decidiu criar um Comitê Independente para apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências ("Comitê Independente"). O Comitê Independente tinha, dentre outras, a função de aprovar os prestadores de serviços que conduzem a investigação independente na Companhia, bem como ajustar os respectivos planos de trabalho para a investigação. Em janeiro de 2023, foi iniciada a investigação por profissionais especializados, externos e independentes em relação à Companhia. Esses profissionais executaram extrações e processamento de dados e informações, realizaram entrevistas com a governança, executivos e profissionais da Companhia. O relatório final da investigação foi emitido em 16 de julho de 2024, confirmando a existência de fraude contábil perpetrada pela administração anterior até janeiro de 2023, caracterizada, principalmente, por lançamentos indevidos na rubrica "Fornecedores, por meio de contratos fictícios de VPC (Verbas de Propaganda Cooperada) e por operações financeiras conhecidas como "risco sacado", dentre outras operações, nos quais as distorções levantadas foram corrigidas em suas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Diante de: (i) deficiências significativas nos controles internos da Companhia; (ii) do fato de a sanção imposta pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. ("B3") no sentido de suspensão da Companhia do Novo Mercado ainda estar sujeita a recurso com efeito suspensivo; (iii) encontrar em andamento diversos processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal, dentre outros procedimentos, envolvendo, inclusive, acordos de colaboração de executivos; e (iv) em 27 de junho de 2024, ter sido divulgada a Operação Disclosure pela Polícia Federal, que envolve a investigação e busca de informações de executivos, cujas investigações das autoridades públicas se encontram em curso e sigilo; esse assunto foi considerado na auditoria como um assunto de risco e significativo, devido às incertezas inerentes quanto to aos resultados da investigação independente, da investigação das autoridades públicas, que poderiam impactar as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem, entre outros:
• Envio de um dos nossos especialistas forenses no acompanhamento e na avaliação das principais ações investigativas presentes no plano de trabalho determinado pelo Comitê Independente quanto à avaliação do escopo e abrangência da investigação, a aplicação crítica dos procedimentos e metodologias utilizados pela investigação independente, inclusive quanto aos procedimentos de coleta e análise de documentos e/ou informações críticas, e a avaliação das informações prestadas pelos signatários da carta de representação entregue aos auditores independentes e na avaliação quanto à necessidade de execução de procedimentos adicionais e acompanhamento de informações relevantes pelos meios de comunicação, bem como, entendimento das políticas de compliance da Companhia, com objetivo de averiguar, entre outros aspectos relacionados à governança, em relação à atuação sobre as deficiências significativas nos controles internos, e se os mesmos estavam em operação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023;

• Realização de reuniões com a Administração e assessores jurídicos, interno e externo, com foco no entendimento de diretrizes adotadas frente aos aspectos do resultado da investigação independente e relacionados a divulgação da Operação Disclosure pela Polícia Federal, que envolveu a busca e apreensão de dados e informações de executivos;
• Obtenção de representações da Administração da Companhia e indagações a Governança a respeito da inexistência de novos fatos sobre a investigação independente;

• Avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esses assuntos preparadas pela Companhia.
Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos e evidências obtidas, consideramos que a metodologia e diretrizes utilizadas na investigação independente foram adequadas, bem como, as divulgações sobre esses assuntos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. Em relação aos aspectos dos controles internos, principalmente aqueles que estão vinculados as informações utilizadas para a preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que se apresentam em operação, requerem aprimoramentos. Assim entendemos procedimentos de auditoria para que pudéssemos obter evidência de auditoria

apropriada e suficiente. Além disso, as distorções identificadas, foram discutidas com a Administração e adequadamente ajustadas nessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Aspectos de ambiente de tecnologia

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 3.3, 3.22 e 3.23, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas tem suas transações mercantis, altamente dependentes do funcionamento efetivo da estrutura de tecnologia e seus sistemas, conjugado com a dispersão geográfica, bem como, pelo fato de terem ocorrido deficiências significativas no ambiente de tecnologia, consideramos como um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluem, entre outros:
• Envio de um dos nossos especialistas de tecnologia na avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia de informação ("CGTI") implementados pela Companhia para os sistemas que foram considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, bem como, entendimento das políticas internas da Companhia, com objetivo de averiguar, entre outros aspectos relacionados à governança, em relação à atuação sobre as deficiências significativas no ambiente de tecnologia, e se os mesmos estavam em operação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023;

• Realização de procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, gestão de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia, considerando dentre outros: atualização, entendimento e execução de testes de aderência;
• Avaliação de procedimentos de extração de relatórios que suportam as informações que são utilizadas na preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos e evidências obtidas, verificamos que existe a necessidade de aprimoramentos no ambiente de tecnologia que foram comunicados à Administração e a Governança. Considerando, esses aspectos, entendemos os procedimentos de auditoria sobre as informações utilizadas para a preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, para que pudéssemos obter evidência de auditoria apropriada e suficiente.

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 11 e 23 as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem os montantes de Impostos a Recuperar e a Recolher de